

ESTAÇÃO LIXO ZERO: UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NO DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Alex Braz Iacone Santos¹

Renan Bento²

Gabrielly Lemos Oliveira²

Gabriella Panhan Silva²

Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos

RESUMO

O descarte indevido de resíduos sólidos tem gerado preocupações cada vez mais urgentes quanto à sua geração e à destinação ambientalmente adequada, o que tem trazido prejuízos ambientais e econômicos para o país, pois sua prática ainda é deficitária e não tem avançado de maneira uniforme nas diversas regiões. O presente trabalho objetivou desenvolver um programa de gerenciamento de resíduos sólidos (Estação Lixo Zero), no qual foram implementadas estratégias de conscientização ambiental, coleta seletiva, destinação ambientalmente adequada e fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis. O estudo de caso foi realizado no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inicialmente, em ocasiões de eventos internos. O plano de gestão de resíduos sólidos foi construído a partir de um diagnóstico prévio dos resíduos gerados, seguido pelo estabelecimento da logística de ação e da intervenção prática. Verificou-se que a Estação Lixo Zero tem potencial de ser uma ferramenta eficiente para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, além de cumprir com o cunho educativo ambiental dos atores sociais contemplados pelas ações.

Palavras-chave: gestão ambiental; educação; lixo.

INTRODUÇÃO

O lixo, culturalmente concebido como resto desprovido de utilidade antrópica, têm gerado preocupações cada vez mais urgentes quanto à sua geração e à destinação ambientalmente adequada, independentemente da escala espacial observada (local ou global). Segundo informações publicadas no Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil (ABRELPE, 2013), a gestão inadequada tem trazido prejuízos ambientais e econômicos para o país, pois sua prática ainda é deficitária e não tem avançado de maneira uniforme nas diversas regiões. Um avanço considerável foi a promulgação da Lei n.º 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), inserindo a proibição dos lixões, a hierarquia da destinação final ambientalmente adequada, logística reversa e a responsabilidade coletiva (BRASIL, 2010).

¹ Prof. Me., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Colégio Técnico, iacone.alex@gmail.com.

² Discentes do Curso Técnico em Meio Ambiente, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Colégio Técnico.

A PNRS traz a inclusão dos conceitos de redução, reutilização e reciclagem na forma de Lei, com a pretensão de diminuir o uso de matéria-prima e retardar a disposição dos rejeitos, que é a última etapa da gestão sustentável dos resíduos sólidos. A sua efetivação permite o aumento do tempo dos recursos naturais no ciclo produtivo, bem como a vida útil dos aterros sanitários, porém, não pode andar desassociada das ações de educação ambiental. Ela emerge como aliada à gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos, pois visa a formação de cidadãos cientes de sua responsabilidade ambiental, desde a importância de um consumo consciente, para a redução da produção de resíduos sólidos nas fontes geradoras, até o seu reaproveitamento ou reciclagem, passando pela necessária coleta seletiva, que depende da participação de cada indivíduo para se tornar eficaz e economicamente viável (REIS et al., 2017).

A Estação Lixo Zero é uma proposta de gerenciamento dos resíduos sólidos com o papel de disseminar um estilo de vida mais sustentável e promover a conscientização ambiental dos atores sociais. Este estudo de caso aborda a idealização e efetivação da Estação Lixo Zero no âmbito do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), inicialmente aplicada em eventos internos. Atualmente o colégio age de maneira simplista na gestão dos resíduos sólidos, ou seja, coletando de forma não seletiva e direcionando-os ao aterro sanitário localizado no próprio município. Além do problema da não gestão, percebe-se a falta de consciência da comunidade escolar em relação ao manejo correto do lixo. Neste contexto, o presente trabalho objetiva desenvolver um programa de gerenciamento de resíduos sólidos, no qual serão implementadas estratégias de conscientização ambiental, coleta seletiva, destinação ambientalmente adequada e fortalecimento das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

METODOLOGIA

O estudo de caso foi realizado no CTUR, uma instituição de ensino básico e técnico localizada no município de Seropédica, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Atualmente são oferecidos, além do ensino médio, os cursos técnicos em Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente, totalizando cerca de 800 alunos matriculados.

Inicialmente, foi realizado um diagnóstico qualitativo dos resíduos sólidos gerados pela comunidade escolar para determinar os tipos de materiais produzidos e traçar a logística para a destinação ambientalmente adequada. Para o encaminhamento de materiais incompatíveis com o tratamento *in loco*, foram pesquisadas e estabelecidas parcerias com

empreendimentos locais (ex. aterro sanitário e cooperativa de catadores de resíduos sólidos). A fim de validar a aplicação da metodologia Lixo Zero, houve a sua efetivação em dois eventos internos da instituição: i) aniversário de 75 anos do CTUR, em 19/05/2018); ii) festa junina, em 30/06/2018. Esta etapa foi realizada através da instalação de uma Estação Lixo Zero (Figura 1), onde estudantes capacitados orientaram e realizaram a triagem prévia dos resíduos sólidos, que posteriormente foram encaminhados para a alternativa mais sustentável do ponto de vista ambiental. Todos os demais resíduos da instituição foram interditados de modo a potencializar a intervenção educativa dos participantes dos eventos.



Figura 1. Esquema ilustrativo e funcionamento da Estação Lixo Zero no CTUR.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento dos materiais descartados foi categorizado em três grupos (recicláveis, orgânicos e rejeitos), para aos quais foram definidas diferentes destinações de acordo com a alternativa mais adequada do ponto de vista ambiental (Tabela 1).

Tabela 1. Classificação e destinação dos materiais descartados no âmbito do Colégio Técnico/UFRRJ

Resíduos Sólidos	Categoria	Destinação
copos plásticos latinha de alumínio papelão	recicláveis	cooperativa de catadores de materiais recicláveis
restos de comidas	orgânicos	compostagem
madeira isopor marmiteix de alumínio guardanapos sujos canudos embalagem de biscoitos papel de bala	rejeitos	aterro sanitário

Para a efetivação das parcerias locais, cabe ressaltar que em contratos da Administração Pública, há previsão da dispensa de licitação para contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública (BRASIL, 2010). Este é um critério facilitador para a efetivação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos em diferentes instâncias.

Notou-se que a maioria das pessoas apresentou dificuldades no momento do descarte dos seus resíduos, necessitando do auxílio dos agentes educadores. De acordo com Pinto (2012), a educação ambiental é fundamental para alcançar o engajamento popular, e o fator relevante para o sucesso de uma política de reciclagem de larga escala é a segregação dos resíduos na fonte geradora, evitando a perda de qualidade dos materiais recicláveis e melhorando as condições de trabalho dos catadores. Esta etapa, no entanto, exige a adesão dos atores sociais, que devem ser educados apropriadamente e condicionados a repensar conceitos e a mudar os seus hábitos no momento do descarte do lixo.

Durante a intervenção participaram pessoas de diferentes faixas etárias, que puderam ser sujeitos ativos das propostas emanadas da Estação Lixo Zero (Figura 2). Desta forma, fazendo valer os preceitos estabelecidos no Art. 225 de Constituição Federal, onde estabelece tanto ao Poder Público quanto à coletividade o papel de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).



Figura 2. Destaque para as diferentes gerações participantes da intervenção da Estação Lixo Zero.
Nota: Todas as imagens utilizadas foram expressamente autorizadas pelas pessoas ou seus responsáveis.

Contextualizando, o planejamento realizado cumpre com a função socioambiental ao assistir catadores de materiais recicláveis em situação de vulnerabilidade. Cidadãos estes que trabalham organizados como cooperativa em um empreendimento fruto das condicionantes do licenciamento ambiental do aterro sanitário de Seropédica. Enquanto os materiais orgânicos são compostados no próprio CTUR e utilizados na produção de mudas agrícolas e florestais, de modo a evitar o descarte indevido no aterro sanitário e contribuindo para o aumento da sua vida útil.

CONCLUSÃO

A gestão dos resíduos sólidos através da implementação da Estação Lixo Zero tem potencial de ser uma ferramenta eficiente para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, além de cumprir com o cunho educativo ambiental dos atores sociais contemplados pelas ações.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo. 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.
- REIS, D.; FRIEDE, R.; LOPES, F. H. P. 2017. Política nacional de resíduos sólidos (Lei nº 12.305/2010) e educação ambiental. **Revista Interdisciplinar de Direito da Faculdade de Direito de Valença**, v. 14, n. 1, p. 99-111. 2017.